

A NOVA LEI DO ENSINO MÉDIO E A DOCÊNCIA: OPINIÃO E ESTRATIFICAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE MARINGÁ

Mariana Arrabal Pita Araujo (PIBIC/CNPq/UEM), Roger D. Colacios (Orientador), e-mail: ra78433@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas / Maringá, PR.

Área: Educação; Subárea: Política Educacional (70803013)

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Base Nacional Comum Curricular, Neoliberalismo.

Resumo:

Nesta pesquisa analisamos a opinião dos professores do Ensino Médio público regular de Maringá em relação às principais alterações promovidas pela Lei do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/17). Esta lei, em vigência desde o início de 2017, tem fomentado debates dentre professores e pesquisadores da área. Porém, foram poucos os estudos realizados sobre sua aceitação entre os docentes. Assim, nos dedicamos a analisar a opinião e a possível estratificação socioeconômica, colocação profissional e tendência política deste grupo de professores a respeito dessa política educacional. Para este fim, realizamos uma pesquisa de campo, com aplicação de questionários aos professores das escolas enquadradas neste estudo. Uma vez tabulados tais dados, fizemos uma avaliação qualitativa dos resultados baseando-nos nos conceitos de “governamentalidade” de Michel Foucault e do papel político do professor, de Florestan Fernandes.

Introdução

Este estudo teve como objetivo principal o estudo da opinião dos professores do Ensino Médio público regular de Maringá quanto às principais alterações promovidas pela Lei do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/17). Também analisamos se há algum tipo de correlação entre o perfil socioeconômico e profissional dos entrevistados e sua opinião expressa nos questionários. Portanto, o problema investigado será: qual a ligação entre a aceitação da Lei do Novo Ensino Médio (LNEM) e a estratificação profissional e socioeconômica destes professores?

Este estudo é uma pesquisa de campo, que foi configurada na coleta de informações através do uso de questionários. Num segundo momento, procedemos à tabulação dos dados e sua análise quantitativa, por meio da

inferência estatística e pelo cálculo do coeficiente de correlação linear entre variáveis importantes (MAGALHÃES; LIMA, 2002). Posteriormente, os números encontrados serviram de material a um estudo qualitativo, que teve como base teórica o conceito foucaultiano de “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008; LAVAL, 2004; VEIGA-NETO, 2000) e a indissociabilidade do papel político do professor de sua prática docente (FERNANDES, 2019).

O Ensino Médio brasileiro, cuja gênese apresenta a característica da divisão entre os ensinos propedêutico e profissionalizante, teve sua base legal e normativa alterada por diversas vezes ao longo dos anos, mas foi em 1996, com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que essa separação foi extinta. A promulgação da LNEM, fez com que esta divisão normativa voltasse às salas de aula, sendo um claro reflexo das políticas públicas dos mais recentes governos brasileiros.

Materiais e métodos

Para a obtenção das respostas dos professores, utilizamos um questionário impresso, entregue aos colégios que aceitaram participar da pesquisa. Este questionário era composto por quatro subdivisões, a fim de explorar não apenas a opinião do entrevistado sobre a LNEM, mas também sua tendência política, seu perfil socioeconômico e profissional, além da sua percepção sobre quais são as diretrizes adotadas pelos governos no momento da elaboração de suas políticas públicas educacionais. Assim, foram respondidos, em média, três questionários por escola.

Dentre as vinte e sete escolas que foram selecionadas para esta pesquisa, vinte e cinco delas participaram voluntariamente, enquanto duas optaram por não participar. Os setenta e quatro questionários preenchidos foram tabulados e contabilizados através de um software estatístico e a partir destes fizemos o cálculo da correlação linear entre as variáveis. Este número varia entre -1 e 1, sendo que quanto mais perto de 1 for o resultado, mais forte a correlação positiva, sendo as variáveis diretamente proporcionais. Já para uma correlação negativa, afirmamos que as variáveis analisadas variam de forma indiretamente proporcional. Analogamente, quanto mais próximo de -1, mais forte é a correlação negativa.

A posterior análise teórica dos dados foi feita a partir das múltiplas leituras sobre a temática das políticas públicas educacionais e sua implicação na prática docente.

Resultados e Discussão

Antes do cálculo das correlações lineares entre as variáveis de interesse, fizemos cálculos simples para uma melhor compreensão da população estudada. Os entrevistados constituem aproximadamente 15% da população total do estudo.

Ao analisarmos as respostas dos professores na subseção do questionário que continha frases retiradas de documentos nos quais os governos têm pautado suas políticas públicas educacionais recentes, percebemos que apenas 4% dos professores acreditam que os governantes estão dispostos a aumentar os gastos em educação, dentre outros resultados. Na subseção sobre as mudanças promovidas pela LNEC (carga horária, obrigatoriedade dos temas transversais, obrigatoriedade da língua inglesa, divisão em itinerários formativos e não obrigatoriedade do grau de licenciado aos professores), pudemos observar que são muitas as discordâncias dos professores acerca das mudanças na legislação.

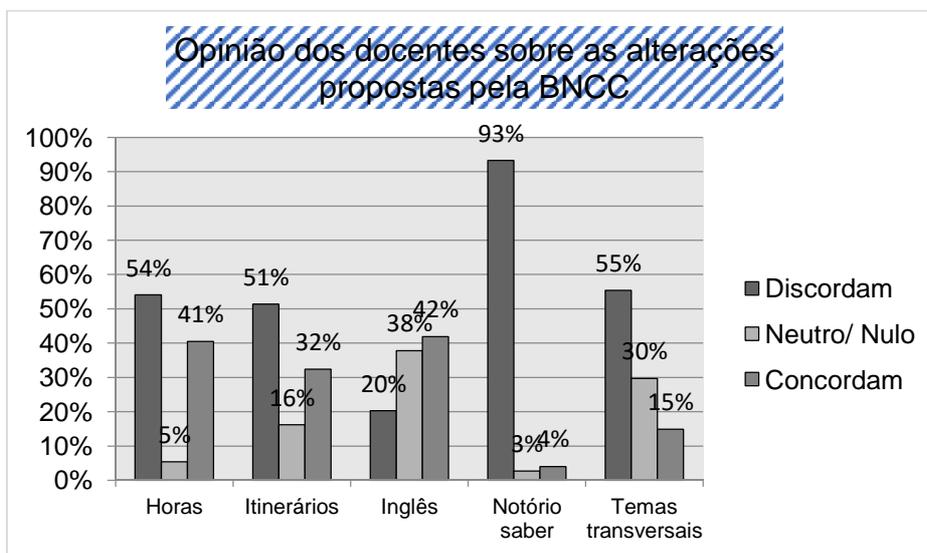


Figura 1 – Opinião dos docentes sobre as alterações propostas pela BNCC

Quanto à análise da tendência política dos professores, verificamos que a maioria se classifica como esquerda moderada (51%), enquanto as classificações em esquerda radical e centro contam com 23% dos entrevistados cada. Apenas 1% dos professores se enquadra como direita moderada, sendo que nenhum dos questionários configura como direita radical.

Na subseção socioeconômica e profissional, obtivemos que a maioria dos entrevistados são pessoas brancas (46%), sendo que 74% são mulheres. Os professores têm idades entre 21 e 65 anos, com mais ocorrências entre os 36 e os 55 anos (71%). 51% do total são professores de disciplinas da área das Ciências Humanas. Em média, aproximadamente duas pessoas contribuem para a renda familiar dos entrevistados, que contam com uma renda familiar mensal média de aproximadamente sete salários mínimos.

Feita esta análise primária, calculamos então as correlações lineares entre todas as variáveis em que este cálculo se fez possível. Encontramos seis pares de variáveis com correlações cuja análise se faz interessante, mas nos ativemos aos dois resultados mais fortes para o estudo teórico: tendência política à esquerda radical *versus* concordância com as cinco alterações enunciadas na pesquisa (-0,36); tendência política à esquerda

radical *versus* concordância com a alteração sobre os itinerários formativos (-0,54).

Conclusões

Diante do que foi exposto acima, entendemos que os professores, em sua maioria, discordam das alterações na legislação que foi tema dessa pesquisa. Ao investigarmos qual grupo discorda de maneira mais acentuada, encontramos os professores cuja tendência política poderia ser alocada à esquerda no espectro social.

Além disso, a análise da aceitação dos professores quanto à alteração do currículo em itinerários formativos tal como previsto na lei do Novo Ensino Médio nos informa que os professores, em sua maioria, discordam desse encaminhamento metodológico; sendo que os de tendência política de esquerda apresentam maior discordância sobre o assunto. Entendemos que esses, tendo tal política educacional como diretriz, estariam mais preocupados com o futuro da educação pública no Brasil.

Agradecimentos

Essa pesquisa somente foi possível através da concessão da bolsa de Iniciação Científica concedida pela CNPq/Fundação Araucária por meio do programa da Universidade Estadual de Maringá. A estas instituições, fica o nosso agradecimento.

Referências

FERNANDES, F. **A formação política do professor**. 1. ed. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Planta, 2004.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de Probabilidade Estatística**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. *In*: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p.179-217.